

UM OLHAR VERDE ACERCA DO DESENVOLVIMENTO NO AMAPÁ: Reflexões sobre Práticas Econômicas e Políticas Aliadas ao Meio Ambiente em Macapá.¹

Eduardo Leite Vilhena²

Orientadora: Rosilene de Oliveira Furtado³

RESUMO

O objetivo desse trabalho se deu a partir de uma análise sobre o uso mais prudente da natureza para os processos de crescimento econômico, como uma forma de tentar aproximar mais a sociedade do desenvolvimento em prol do meio ambiente, mostrando como essa temática foi introduzida pelo Governo Brasileiro, que fundou políticas públicas voltadas à preservação e conservação na Amazônia, assim, apontando três importantes processos relevantes para exemplificar essa institucionalização na cidade de Macapá-AP. A metodologia usada nesse trabalho foi de caráter exploratório, onde se buscou maior familiaridade com o objeto de estudo, usando técnicas de levantamento bibliográfico, documental e estudos de caso, com uma abordagem qualitativa. Onde permitiram evidenciar o papel importante da sociedade nos arranjos em prol do desenvolvimento e crescimento econômico, aliados à política e meio ambiente.

Palavras-chave: Meio Ambiente; Desenvolvimento Socioeconômico; Macapá.

INTRODUÇÃO

O ponto inicial de discursão desse artigo se deu a partir de uma análise sobre o uso mais prudente da natureza para os processos de crescimento econômico, onde se perpassou por aspectos internacionais que levaram às tendências de preservação ambiental, chegando no ponto da importância das políticas públicas como uma forma de tentar aproximar mais a sociedade dos processos de desenvolvimento em prol do meio ambiente.

Antes de entrar em uma abrangência mais local, nas duas primeiras abordagens intituladas de “Olhares sobre o Meio Ambiente” e “Pensamento Verde sobre Economia e Política”, foram apresentadas considerações sobre o modo em que as questões ambientais passaram a introduzir a sociedade, aliando economia, política e sociedade, como aspectos

¹ Artigo Referente ao Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

² Acadêmico do Curso de Relações Internacionais, turma de 2014. Universidade Federal do Amapá-UNIFAP.

³ Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Amapá e Professora de Economia do Curso de Relações Internacionais.

preponderantes nas práticas econômicas mais prudentes, logo, revelando que o objeto de estudo em análise nesse artigo é o desenvolvimento econômico e social aliado ao meio ambiente na cidade de Macapá.

Na terceira abordagem desse artigo, exceto pela explanação acerca do processo de criação das Unidades de Conservação Brasileiras, todas as análises e perspectivas trazidas estão associadas à cidade de Macapá, demonstrando as possibilidades de desenvolvimento, a partir de três exemplos em caráter mais específico. Sendo o primeiro deles sobre a implementação da Zona Franca Verde como um dos meios de desenvolvimento social e econômico mais promissores para a região de Macapá; o confronto entre política e sociedade, trazendo o processo de Territorialização do Quilombo do Rosa, com finalidade de mostrar as relações da sociedade, identidade, poder e uso dos recursos naturais, como processo pertinente, para o crescimento econômico e dinamismo da área rural com a urbana da capital amapaense; e sobre o dinamismo social e as tendências de preservação na Área de Proteção do Rio Curiaú.

1 OLHARES SOBRE O MEIO AMBIENTE

É importante analisar o poder extraído através do meio ambiente, muitas das nações que hoje operam de forma fervorosa com suas economias passaram em algum momento pela questão ambiental, isso se relaciona conforme abordado por Altvater (1996), mostrando o caso clássico dos Estados Unidos da América (EUA), que através do uso de suas ilhas de sintropia⁴ conseguiu alcançar patamares sem iguais de economia, e conseqüentemente de desdobramentos políticos importantes, que hoje o fazem uma grande nação hegemônica⁵ no sistema internacional.

Porém, o uso exagerado dos seus recursos naturais, levantou uma questão importante acerca da quantidade finita, o que conseqüentemente gera um debate sobre o meio ambiente e

⁴ Sintropia e entropia são conceitos de física com que, em sistemas fechados, descrevem-se e medem-se estados (de ordem) e sua transformação. Altvater; Limite imposto pela natureza ao crescimento econômico, ocultando as causas da crise ambiental e da insustentabilidade econômica. (LEFF, Enrique. Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 174.)

⁵ Hegemonia. I. O USO DO TERMO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. — Parte da literatura política designa com o termo Hegemonia — decalque latino da palavra grega egemonia, que significa "direção suprema", usada para indicar o poder absoluto conferido aos chefes dos exércitos, chamados precisamente egemónes, isto é, condutores, guias — a supremacia de um Estado-nação ou de uma comunidade político-territorial dentro de um sistema. A potência hegemônica exerce sobre as demais uma preeminência não só militar, como também freqüentemente econômica e cultural, inspirando-lhes e condicionando-lhes as opções, tanto por força do seu prestígio como em virtude do seu elevado potencial de intimidação e coerção; chega mesmo a ponto de constituir um modelo para as comunidades sob a sua Hegemonia. (BOBBIO, 2004, p. 579).

sua relação com a sociedade. Um dos marcos dos debates internacionais sobre meio ambiente foi a partir da Conferência de Estocolmo, onde os Estados puderam analisar e direcionar melhor os planejamentos para a natureza, dando a ponte para um futuro de discussões em solo Brasileiro, sobre a temática, que iria ganhar ainda mais destaque.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo, iniciada em cinco de junho de 1972, marcou uma etapa muito importante na ecopolítica mundial. Dela resultaram inúmeras questões que continuam a influenciar e a motivar as relações entre os atores internacionais, colaborando para a notável evolução que eclodiu após a Conferência. (PASSOS, 2009, p. 3).

Um conceito relevante para esse artigo são as discussões acerca da ecossocioeconomia, que é analisado por Ignacy Sachs (2007), e também utilizado por Karl Kapp (1978), o qual sugere que tal termo, pode ser interpretado como: “uma grande interação sistêmica entre ecologia, sociedade e economia, que passam a representar apenas um tema, indivisível”.

Os processos vividos, no começo da institucionalização dos temas ambientais, ou seja, da participação maior dos Estados na elaboração de políticas e debates da agenda, mostram como as tendências liberais atuaram na descentralização do papel do Estado, como aborda Charles Chelala (2008):

Ainda que não tenha sido o pioneiro, foi Adam Smith, fundador da escola clássica liberal da economia, que se consagrou como “pai” do liberalismo econômico. Smith formulou a ideia central da imperiosa vantagem da não intervenção estatal. Este modelo seria válido tanto no comércio entre nações, como nas relações cotidianas do sistema capitalista (ou sociedade comercial, como Smith o denominava) com a crença de que o interesse individual conduziria naturalmente ao interesse do coletivo por obra de uma “mão invisível”. (CHELALA, 2008, p. 35)

Logo, as novas formas de intervenção estatal se voltaram especialmente para os assuntos ambientais, já que nas tendências que surgiram após a década de 80, com a ajuda do liberalismo, se via menos o papel do Estado nos processos econômicos dos países industrializados. Essa tendência forte dos Estados de intervirem nas questões ambientais fez com que surgisse uma gama de instrumentos regulatórios, o que para José Aroudo Mota (2001) se definem e são representados por controles editados pelo poder público, como as proibições, regulamentações ambientais e outros, que serão pertinentes para dar assistência para a gestão ambiental, ou seja, a forma como esses instrumentos regulatórios exercem poder e disciplina.

O Brasil, não muito obstante do desejo das outras nações em buscar um desenvolvimento significativo através do aumento do discurso ambiental, inaugurou uma estratégia econômica e política, que aliava as tendências internacionais e internas pela mudança das políticas públicas, afim de beneficiar o meio ambiente, a preservação e conservação⁶. Essa tendência brasileira pode ter como marco inicial os debates que sucederam após a conferência de Estocolmo, Sachs (2007) discorre acerca do contexto brasileiro:

No contexto brasileiro, até a época da elaboração da nova Carta Constitucional, de 1988, a internalização desses novos desafios na agenda das políticas públicas foi processada segundo uma lógica de fragmentação institucional e desvinculação do debate – ainda muito restrito ao espaço acadêmico – acerca do biônimo desenvolvimento e meio ambiente. Fortemente influenciadas pelos movimentos de opinião pública sediados nos países afluentes, as demandas sociais e as ações governamentais refletiam uma preocupação ainda muito superficial pela devastação da base dos recursos naturais renováveis e pelo agravamento dos índices de poluição urbano-industrial. (SACHS, 2007).

As bases teóricas que moldaram a forma como o desenvolvimento sustentável foi apresentado à sociedade em Estocolmo resultam em estudos cada vez mais importantes para uma análise com mais participação humana em prol do desenvolvimento, uma vez que se buscou desmitificar apenas o viés capitalista, proporcionando cada vez mais análises econômicas sociais. Desde a conferência de Estocolmo, onde diversos Estados debateram sobre a questão ambiental, projetando-se em novas medidas na Política Externa, sobretudo, dos países em desenvolvimento.

A agenda econômica sempre foi um carro chefe nos grandes debates e fóruns internacionais, por mais que o meio ambiente estivesse presente como análise, a sua chegada como agenda se deu principalmente pelo seu reflexo nas questões econômicas.

Os problemas ambientais, além de outros fatores, como a revolução da informação e a globalização econômica, contribuíram consideravelmente para a alteração das prioridades nas relações internacionais. Tem-se presenciado, ao longo do tempo, inúmeras situações e fatos reveladores da vulnerabilidade do meio ambiente, que fazem com que seja necessário não apenas adotar postura crítica para sua defesa, mas também promover a educação voltada ao respeito à natureza, ao meio ambiente e à garantia de atendimento das necessidades das futuras gerações. (PASSOS, 2009, p. 2)

A questão foi pensada por Sachs (2007), mostrando que a persistência apenas na economia como forma de desenvolvimento, agravaria ainda mais os dramas sociais e

⁶ De acordo com DIEGUES (2000), a conservação se trata da exploração mais racional dos recursos naturais, logo, levando em conta aspectos jurídicos ambientais, para que junto da ética e demais aspectos técnicos do que é explorado, se busque condições viáveis para manter a natureza conservada tanto para o uso das atuais gerações, como as futuras, enquanto a preservação, entende-se como a manutenção das áreas protegidas, sem a ocupação humana.

ecológicos do nosso tempo, e ainda sobre a relevância de conceber novas estratégias, cada vez mais alternativas, para promover a experimentação com novos sistemas de planejamento.

a economia social e o desenvolvimento territorial devem realizar um salto qualitativo, tanto no plano do conteúdo como no do rigor da abordagem, no intuito de contribuir para a consolidação de uma versão forte do enfoque de desenvolvimento sustentável. (LÉVESQUE, 2009 p. 129).

Era essencial para Sachs (2007) contemplar não somente o ganho econômico, mas também as respostas sociais e políticas em prol de um desenvolvimento com prudência ecológica. Para o autor, as temáticas acerca do desenvolvimento sustentável partiriam de uma premissa multidimensional, aliando várias estruturas pertinentes, antes desprezadas, e por ele, levadas em conta em uma grande análise socioeconômica.

2 PENSAMENTO VERDE SOBRE ECONOMIA E POLÍTICA

As tendências econômicas que buscam promover a melhoria da qualidade de vida sofrem mudanças de acordo com as novas demandas da sociedade. Uma forma de entender os comportamentos da inserção de novos debates no sistema político é compreendendo a partir da rede de contatos criados com a globalização (HALL, 2004), logo, pode se dizer, que nesse momento, a temática ambiental ganha notoriedade.

As políticas públicas, desencadeadas com as mudanças de demanda, enaltecem cada vez mais as especificidades dentro dessa abordagem, em uma análise trazida por Klaus Frey (2000) sobre políticas públicas, o mesmo se atenta a discorrer acerca do cenário político de forma ampla, como ferramenta para se entender como podem ser geradas políticas públicas mais eficazes, traçando análises em três grandes eixos: o primeiro é o *policy*, que diz respeito à estrutura, daquele capaz de elaborar as políticas, podendo ser o Estado ou demais atores não institucionalizados; o segundo é a *politics*, onde é pesquisada e identificada a aplicabilidade das políticas, que se torna o mais importante, uma vez que quando as demandas são institucionalizadas, é possível identificar como a sociedade pode receber aquela política; e a terceira, a *polity* é a concretização, a parte mais prática das ações políticas na esfera pública.

Ainda sobre a análise de Frey (2000), a política ambiental, está totalmente ligada a essas novas demandas da sociedade, onde no campo da *politics* se percebe menos resistência em instalações de políticas voltadas ao meio ambiente. A rede de atores interagindo mostra como e de que forma a sociedade espera e se encontra favorável à magnitude dessa temática,

exigindo cada vez mais abordagens específicas, e a exigência por uma economia mais prudente e principalmente social.

É necessário se pensar em novos olhares para o meio ambiente, uma vez que, ele pode se tornar uma alternativa a favor do desenvolvimento (THOMAS, 2010) , quando usado de forma estratégica. Pensar diferente em uma economia que não pense apenas no valor dos recursos naturais, mas também nos valores de uma floresta conservada, onde sejam aproveitadas todas as suas nuances, tradições, povos, aspectos antropológicos e mais.

Para José Aroldo Mota (2001), entender o poder que a natureza representa, é importante se atentar ao valor dos recursos naturais, uma vez que a natureza é vital para o desenvolvimento e sobrevivência da sociedade. Ainda de acordo com o autor:

os recursos naturais são elementos que não possuem valor econômico, que diferente de bens com preços fixados, a natureza, o ar, os animais e plantas, não possuem um preço determinado por se tratarem de bens vitais para a sobrevivência de espécies. (MOTA, 2001, p. 138).

Com a evolução acelerada do capitalismo, o meio ambiente e as demais temáticas relacionadas não eram vistas como relevantes para debates acerca das atividades econômicas e humanas. A natureza por sua vez, era a que iria disponibilizar recursos para o desenvolvimento, que por estar em abundância, era explorada em grandes proporções.

Os Estados desenvolvidos usaram seus recursos naturais impulsionados pelo seu desejo de desenvolvimento econômico, o que grande parte desses Estados realizou foi a exploração indevida e cada vez mais abrupta do seu grau de entropia, desprezando os danos e as respostas ambientais, gerando cada vez mais a depreciação do seu capital natural - este entendido como o contingente de recursos naturais que um determinado país possui⁷ - aliada ao uso desenfreado dos serviços ambientais, sem que o meio ambiente se beneficie ou seja contabilizado.

Em uma análise econômica, sobre os novos debates acerca de crescimento econômico, é possível considerar, que a entrada do debate ambiental é essencial para as discussões econômicas que dizem respeito ao uso racional dos recursos e sobre as ações econômicas do homem.

A economia faz parte de uma ciência maior, denominada de ciências sociais, onde a economia estuda a ação econômica do homem, envolvendo essencialmente o processo de produção, a geração e a apropriação da renda, o dispêndio (as despesas) e o processo de acumulação. A economia se preocupa com grandes temas que interferem de uma ou de outra maneira na vida do homem. Dentre eles temos: escassez de

⁷ ALIER, Martínez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. 2009.

recursos, emprego, produção, trocas, valor, moeda, preços, mercados, concorrência, remunerações, agregados, transações, crescimento, equilíbrio, organização. Tais temas fazem parte da vida do homem e representam o campo de estudo da ciência econômica. (CAMPOS, 2003, p. 8).

Rossetti (1997) discutia sobre a economia como o campo encarregado em buscar as explicações e alternativas para os conflitos dos recursos limitados, o advento da natureza e da percepção dos recursos naturais como limitados, fez com que a economia ganhasse uma série de correntes que buscassem explicar as relações desse campo com a natureza, como a economia ambiental, ecologia política e outras.

A partir da constatação do crescimento dos problemas ambientais, criou-se uma nova visão, por meio de mecanismos internacionais (...) Cavalcanti (2002) é um autor que discute o tema. Segundo ele o meio ambiente cria aspectos primordiais junto a existência econômica, onde a capacidade , a absorção e a regeneração são imprescindíveis. (RAMOS *et al*, 2016).

Analisando as circunstâncias de desenvolvimento desenfreado aliadas à pequena capacidade da natureza de sobreviver às ações humanas, as tendências para formas de explicar as mudanças ambientais e as motivações de levar o meio ambiente como um grande *player* para o sistema internacional, começam a aparecer a medida em que o meio ambiente é encarado e tratado como uma fonte finita de recursos. Mas para Enrique Leff (2006), os problemas do limite do crescimento econômico não surgem pelo esgotamento dos recursos naturais ou dos avanços tecnológicos, mas sim pela lei dos limites da entropia. Ainda para Enrique Leff (2006),

O conceito de entropia enfrenta a racionalidade econômica quando apresenta um limite ao crescimento econômico e a legalidade do mercado, ao mesmo tempo que estabelece um vínculo com as leis da natureza que constituem as condições-fisicobiológicas, termodinâmicas e ecológicas- para uma economia sustentável. (...) A entropia surge assim, como uma lei-limite que a natureza impõe à expansão do processo econômico. (LEFF, 2006, p. 174).

A temática se tornou tão urgente que o BRICS⁸ teve como pauta em uma de suas agendas, no evento 10TH BRICS SUMMIT⁹, a temática ambiental em prol de cooperações maiores para o meio ambiente.

No caso do meio ambiente, a proposta dessas economias emergentes é atuar em cooperação para implementar a Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável e dar prioridade a assuntos como clima, água potável,

⁸ Acrônimo de uma organização econômica, formada por Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul.

⁹ Mais informações disponíveis em: <http://www.brics2018.org.za/>

biodiversidade, tratamento de resíduos, entre outros pontos. (Planalto Central, 2018)

É com essa preocupação em criar um equilíbrio, para que não haja perdas econômicas, que a agenda ambiental se tornou tão importante nos debates dessa temática em políticas cada vez mais rígidas, no Brasil e no Mundo.

Para perceber como os processos de preservação aconteceram no Brasil, é importante analisar toda a formação territorial que foi moldada em cima dessa tendência, onde muitos dos Estados da Federação, se viram em uma realidade cercada pelos tais processos de conservação, que até hoje se mostram presentes.

A configuração do Estado do Amapá como espaço de restrição a partir das demarcações institucionais de terras indígenas e unidades de conservação, originou uma sobreposição de territórios, vinculado à forma como o Amapá foi administrado. Enquanto Território Federal, suas diretrizes administrativas e os planos de desenvolvimento local tinham como origem as decisões da União. O ordenamento territorial seguiu essa mesma forma de gestão territorial. Não havia liberdade e autonomia e, assim, o território amapaense foi seguindo sua estruturação sempre sob a tutela do Governo Federal e dos interesses da elite local transformando o Amapá em um mosaico de territórios sobrepostos, identificado por Araújo (2010) como “palimpsesto territorial”. (DOS SANTOS; PORTO, 2013, p. 1152)

3 POSSIBILIDADES SUSTENTÁVEIS MACAPÁ: ALGUMAS PRÁTICAS

O exemplo da Cidade de Macapá surge nesse trabalho com a intenção de mostrar como a socioeconômica pode ser vista, através de diversos pontos de vista, nesse caso, todos partindo da premissa ambiental ou de relações com a natureza, sendo o primeiro deles, trata-se de uma relação claramente econômica, onde empresas, pessoas e Estado participam, gerando desenvolvimento econômico e participação mutua dos atores, o segundo ponto de vista se remete à ligação de uma pequena comunidade afroamapaense com o solo e a natureza, mostrando como a economia material se torna forte para determinar a identidade e as relações políticas, e através desse fenômeno, demonstrar como as relações econômicas são mais prudentes.

Por fim, a última delas é sobre as tentativas de integrar a natureza e sociedade de forma mais racional na economia (LEFF,2006), que impulsionaram o Governo Brasileiro na criação dos planos de manejo de Áreas de Proteção de uso sustentável gerados a partir do crescente surgimento das Unidades de Conservação Federais, que anunciam a institucionalização da temática aqui abordada.

3.1 ADVENTO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

De acordo com o Código Florestal Brasileiro (1934), o primeiro parque criado foi o de Itatiaia, através do Decreto 23.793, de 23 de Janeiro de 1934, mas foi apenas em 1937 que o primeiro parque brasileiro foi concretizado. Um dos fatores que impulsionaram essa tomada de decisão foi uma tendência internacional pela preservação ambiental, sobretudo a cobrança dos países desenvolvidos e de ideais ecológicos que estavam inspirando pessoas, sobretudo aquelas que já conheciam modelos de preservação de outros países.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e do Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) é o atual órgão responsável pela administração pelas Unidades de Conservação (UCs) que, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), se denominam como

espaços territoriais e seus componentes, abrangem as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo poder público, com objetivos de preservação/conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. As unidades de conservação podem ser de uso indireto quando não envolvem consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais e de uso direto quando envolvem o uso comercial ou não dos recursos naturais. (SNUC, 2000)

As mesmas podem ser federais, estaduais, municipais e privadas, a depender da entidade que as administra. Ainda dentro desse conceito de Unidades de Conservação, as mesmas podem estar classificadas em diversos tipos, variando de acordo com o intuito daqueles responsáveis, sendo duas importantes para esse trabalho, as Unidades de Uso Sustentável, que permitem uma participação humana maior, se aproveitando melhor do uso sustentável dos recursos, que posteriormente será mais analisada com o exemplo da Área de Proteção (APA) do Rio Curiaú.

A expressão “espaço territorial especialmente protegido” é uma das inovações trazidas pela Constituição Federal de 1988, assim reconhecida por (MILARÉ, 2009, p. 164; REIS, 2008, p. 213; SILVA, 2003, p. 230). O termo é utilizado para designar uma área sob regime especial de administração, com o objetivo de proteger os atributos ambientais que justificavam seu reconhecimento e especial individualização pelo Poder Público. Na interpretação de Silva (2003, p. 228), o que a norma constitucional quer é que sejam delimitadas, em cada Estado e Distrito Federal, áreas de relevância ecológica. (CÁNTUARIA, 2011, p. 27).

3.1.2 As Unidades de Conservação em Macapá: A Área de Proteção do Rio Curiaú

O Estado do Amapá é popularmente reconhecido no resto do território nacional como o Estado mais preservado da Federação, mas essa realidade, ainda que seja positiva para a política externa brasileira, vem sofrendo uma série de ambiguidades, principalmente diante dos processos de crescimento e desenvolvimento econômicos próximos de áreas preservadas, especialmente daquelas que, se localizam perto de centros promissores de expansão social e econômica.

Somente na cidade de Macapá, de acordo com os registros do Ministério do Meio Ambiente, existem sete Unidades de Conservação, sendo duas de responsabilidade federal e cinco sob a gestão Estadual.

A Área de Proteção do Rio Curiaú mostra sua importância, uma vez que as relações econômicas da região partem da cultura e demais atividades ligadas à presença de uma área delimitada, se localiza a cerca de 10km do centro da capital amapaense, é gerida pela Secretaria de Estado e Meio Ambiente do Amapá, criada pelo decreto nº 1.417 de 28/09/1992, é uma área de proteção ambiental de uso sustentável¹⁰, e atualmente conta com uma área de quilombo dentro, com um crescimento cada vez maior, segundo Eliane Ramos Cantuária (2011):

A APA do Rio Curiaú foi criada em função dos riscos que a expansão urbana da cidade de Macapá vinha causando aos ecossistemas da bacia do Rio Curiaú, que deságua no Amazonas e pela necessidade de garantir a territorialidade das comunidades residentes na área compostas predominantemente por afro-descendentes. Habitada pelas comunidades: Mocambo, Pirativa, Pescada, Curiaú de Dentro, Curiaú de Fora, Curralinho, Casa Grande e Extrema, a APA do Rio Curiaú possui em sua extensão uma área quilombola que está situada na área sul da APA, fazendo fronteira com os bairros da Zona Norte de Macapá, sofrendo, portanto, as pressões imobiliárias e sociais para invasão da área de proteção ambiental. (CANTUÁRIA, 2011, p. 12).

As relações da APA com a cidade estão sendo acentuadas de forma negativa por conta de uma falta de gestão e de um manejo (mais adaptado ao presente), que busque atender os problemas, já que a natureza e toda a biodiversidade presente da APA geram uma cobiça econômica.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, a APA do Curiaú tem como objetivo “Proteger e conservar os recursos naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida das comunidades tradicionais residentes no local.”¹¹, a falta de um plano de manejo

¹⁰ Site <https://uc.socioambiental.org/uc/2449>

¹¹ Objetivo descrito no Relatório de Unidades de Conservação do Ministério do Meio Ambiente.

eficiente para essa área de proteção, apenas agrava uma série de entraves vividos nessa região, visto que a área contém comunidades remanescentes de escravos, conforme abordado pelo Ministério do Meio Ambiente, que reconhece o legado da cultura afro-brasileira na região. Os elementos que fortalecem a APA são a presença grande de turismo, a pesca que movimentava a economia, além da presença de grandes festividades locais, que mesmo não descritas no relatório da APA, são popularmente conhecidas na cidade.

3.2 O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DO QUILOMBO DO ROSA

A Comunidade do Rosa se localiza em uma área rural da cidade de Macapá, a 20 km do centro da Capital, segundo Raffestin (1993), a territorialização é entendida como o processo que envolve o exercício de relações de poder e a projeção dessas relações no espaço. A comunidade do Rosa deu entrada nesse processo em meados de 2004, através do INCRA¹², com base em seu reconhecimento como uma comunidade de remanescentes quilombolas.

Analisando o processo de reconhecimento dessa comunidade, é possível perceber como acontecem as relações econômicas e sociais de modos expressivos, em sua cultura pulsante, como de qualquer outra comunidade afroamapaense.

As ameaças dos grandes latifundiários e do crescente avanço do agronegócio na região, fazem a comunidade desenvolver uma característica material forte e muito ligada à natureza e ao solo, sobretudo na utilização consciente, já que essa lhe dará bases para o sustento e desenvolvimento local das presentes e futuras gerações. Essa ligação pode ser explicada através da territorialidade (RAFFESTIN,1993), que para o Rosa, acontece através do vínculo da comunidade com o solo, conceito que será importante para entender as relações políticas com o entorno.

As formas com que se dará essa dominação territorial serão de grande valor, uma vez que usadas de forma correta, poderão materializar a sua dominação cultural, social e econômica.

Para compreender a relação econômica através desse processo é necessário considerar aos atores externos dessa relação, já que o Estado do Amapá, como um todo, vem sofrendo um crescente aumento no plantio de Soja, o que oferece uma ameaça na comunidade, já que

¹² Além do Quilombo do Rosa há no Amapá outras cinco comunidades tituladas ou em processo de regularização de seus territórios cadastradas no Incra. A política de reconhecimento das terras de comunidades tradicionais de matriz quilombola executada pelo Incra beneficia cerca de 100 famílias e assegura a titulação coletiva de cerca de 17,7 mil hectares no estado da Região Norte.

as terras da região são um grande atrativo econômico para esse tipo de atividade, podendo entender aqui o valor material-econômico do solo para o Rosa e da degradação e exaustão do capital natural da região que poderão ser causados.

3.3 OPORTUNIDADES ECONÔMICAS EM MACAPÁ: ZONA FRANCA VERDE

A Zona Franca Verde (ZFV) foi um plano estratégico em prol do desenvolvimento da Amazônia, tal processo já era de se esperar devido a outras práticas de isenção fiscal típicas da região, como a Área de Livre Comércio Macapá e Santana (ALCMS)¹³, e também ao desejo por parte do Governo, em desenvolver as fronteiras da Amazônia. A ZFV oferece benefícios fiscais para aspectos comerciais, de acordo com a SUFRAMA (2014)¹⁴, os objetivos das ALCs são as melhorias na fiscalização de entrada de mercadorias, o fortalecimento do setor comercial, a abertura de novas empresas e geração de empregos.

A abrangência da ZFV foi além de compra e venda de produtos, os incentivos trouxeram mais oportunidades para a produção de tecnologia local e de mais polos de industrialização, regulamentada pelo decreto nº 8.597, em 2015, concedido pelo Governo Federal, a ZFV é um novo incentivo que prevê a isenção do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) para a produção dentro as Áreas de Livre Comércio (ALCs) com preponderância de matéria-prima local (RAMOS; SILVA, 2016).

O objetivo estava além do fortalecimento da economia local, mas também em uma valorização da indústrias locais e dos aspectos estratégicos da região, como reata Inês Ramos et al (2016):

o Estado do Amapá, dispõe de vantagens competitivas, com biodiversidade, ecossistemas preservados, alto potencial industrial, recursos minerais e pesqueiros, além das grandes cenários de beleza natural. O Estado conta com uma grande localização privilegiada.

Assim, é necessário por parte dos Governos Locais auxiliarem na administração dessas possibilidades, como a zona franca verde, que impulsionados pelo novo cenário econômico, apresentem uma melhor evolução de crescimento e desenvolvimento.

¹³ No Amapá, a Área de Livre Comércio Macapá e Santana, foi criada pela Lei nº 8.387 de 30 de Dezembro de 1991, implementada oficialmente em março de 1993, com objetivo apenas de impulsionar o comércio local. (ALCMS,2014).

¹⁴ Superintendência da Zona Franca de Manaus.

3.4 MACAPÁ E AS INICIATIVAS PELA PRESERVAÇÃO

É pensando em alternativas econômicas favoráveis ao bom convívio com o meio ambiente, que a Cidade de Macapá mostra aos seus habitantes que ainda está longe de promover uma relação cordial entre sua população e a preservação ambiental, uma vez que os índices de desenvolvimento econômico giram em torno do funcionalismo público e na mão de empresas comandadas por uma elite local, que desfrutam das isenções de tarifas e impostos causadas pela ZFV.

Para o atual governador do Amapá a implementação da ZFV é um marco econômico importante para melhorar os ativos financeiros. A posição estratégica do Amapá possibilita projeções reais aliadas aos diversos projetos de fomentação econômica trazidos para a Amazônia, vale ressaltar aqui que a própria implementação da Zona Franca Verde, teve um intuito de levar o desenvolvimento a Estados Amazônidas, como aponta a SUFRAMA (2014):

A Zona Franca de Manaus (ZFM) é um modelo de desenvolvimento econômico implantado pelo governo brasileiro objetivando viabilizar uma base econômica na Amazônia Ocidental, promover a melhor integração produtiva e social dessa região ao país, garantindo a soberania nacional sobre suas fronteiras. A mais bem-sucedida estratégia de desenvolvimento regional, o modelo leva à região de sua abrangência (estados da Amazônia Ocidental: Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima e as cidades de Macapá e Santana, no Amapá) desenvolvimento econômico aliado à proteção ambiental, proporcionando melhor qualidade de vida às suas populações.

Em um encontro que ocorreu em 2017 do Conselho de Administração da Suframa (CAS), o governador do Amapá usou o termo “marco histórico” para mostrar a relevância econômica dessa nova era de isenções para o processo de desenvolvimento, já que foram necessários cerca de seis anos para a regulamentar a ZFV.

Mesmo com a forte presença do Estado na elaboração de políticas públicas mais eficazes, ainda é grande o passo a se seguir, incluindo a importância da relevância do papel do Estado na elaboração das mesmas. No caso de Macapá, o órgão governamental responsável pela aplicação das medidas, elaboração e gerenciamento é a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMA), que dentro de um quadro de funcionalidade, está dentro da capacidade administrativa do Governo Municipal, esse ligado ao Governo Estadual, que também possui seus órgãos de regulamentação ambiental. Apesar de órgãos administrativos estruturados, a capacidade de gerenciamento desses ainda se mostra insuficiente.

O papel da política ambiental municipal recebe uma conotação de auxiliadora de uma política maior, mais completa, ou mais organizada (em tese). O Conselho Estadual de Meio Ambiente – COEMA passa a receber as denúncias e apurações do poder municipal para que as efetivas medidas sejam elaboradas, analisadas, deliberadas e executadas. Tal relação se consolida diante um aparelho municipal pouco envolvido nas discussões e com pouca gerência das ações de política de meio ambiente, revelando um cenário preocupante da realidade das políticas municipais, que poderiam agregar quantidade e volume para o desenvolvimento de ações voltadas para a conservação, preservação e respeito do meio ambiente. (JUAREZ, 2007, p. 6).

O Governo Municipal conta com políticas públicas concretas, uma delas é a Lei nº 948/98 PMM, que diz respeito a Lei Municipal de Macapá, e além de outras normas institucionalizadas que dizem respeito à forma de tratamento do meio ambiente, já que processos simples de tomadas de decisão, ficam à mercê de ações ligadas a órgãos superiores.

As ressalvas são mais que necessárias. A falta de implementação dos principais instrumentos da política municipal do meio ambiente mostra a fraqueza de um “sistema” municipal, que, numa análise otimista, coopera somente quando recorre às organizações estaduais mais desenvolvidas. Daí a razão de um entendimento da política municipal do meio ambiente com valor na colaboração com um sistema adequado, não representando um poder de polícia ambiental, tal qual propõe no ordenamento legal do município de Macapá. (JUAREZ, 2007, p. 7).

De acordo com Jose Araújo *et al* (2009), na Gestão Governamental do Amapá, se percebeu ao longo dos anos um certo abandono nas diretrizes voltadas ao meio ambiente, por parte do Governo. Os autores ainda apontam que “em 1995, inicia uma política ambiental concedendo poderes às Ongs para construir estradas, escolas e tocar outras políticas públicas.” (ARAÚJO *et al*, 2009, p. 3)

Associar as formas como acontecem os processos de desenvolvimento da Capital é procurar conciliar as políticas públicas, economia, governo, sociedade e natureza, já que todos esses estão presentes em grande peso no processo de crescimento de Macapá. Procurando observar como esses processos de crescimento são vistos de diversos pontos de vista, sejam eles de ganho real de capital financeiro ou de relações sociais e de solo, que serão importantes, para demonstrar como a sociedade como um todo, pode ser relevante nesse processo, para que, essa capital de um Estado promissor, alcance patamares maiores de crescimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pode refletir sobre as tentativas governamentais de impulsionar a economia local é a existência de uma elite na capital amapaense que moldam as práticas econômicas, representando uma série de empecilhos para uma cidade em processo de desenvolvimento, já que tal elite é industrializada e não industrializante (RODSON, 2007), logo, os bens de consumo são em sua grande parte importados, estando ainda em processos iniciais, a produção de tecnologia para suprir as necessidades locais.

De acordo com José Araujo *et al* (2009), se percebeu no Amapá como um todo, uma espécie de terceirização das temáticas ambientais, uma vez que na análise do autor, a partir de 1995, era perceptível a participação e atuação de ONGs em obras públicas e de infraestrutura, junto ao Estado. Essa cooperação da preservação entre Estado e ONGs, é um problema, já que se percebe a partir dessa relação, o descaso governamental em não tomar frente, de forma mais eficiente.

É fundamental olhar de forma mais proativa para as diversas formas de desenvolvimento na cidade de Macapá, procurando usar de forma positiva os entraves e as vantagens, conciliando-as. Em um encontro na EMBRAPA Macapá, sobre o papel das Relações Internacionais, a palestrante Ana Euler (2018), Articuladora de Relações Internacionais, destacou que mais de 60% das áreas protegidas, de uso sustentável, necessitam de políticas públicas, para que exista a oportunidade de trabalho, para aqueles inseridos em tais territórios, para que associados ao uso do solo e das técnicas tradicionais, desenvolvam seus potenciais produtivos.

Através das análises ao decorrer do texto, e do grande diálogo com autores ambientais, econômicos e políticos, é preponderante perceber como o Amapá apenas recebe uma parcela grande de uma tendência de preservação, é necessário adaptar os processos de desenvolvimento com uma construção histórica do espaço moldado pelo Governo Federal e das elites locais, buscando trabalhar sempre o dinamismo já existente na Cidade.

A conexão entre os processos de construção de identidade e relações de poder na capital do Amapá são básicos para se refletir no futuro da econômica local quando observadas em uma ótica mais aprofundada, perpassando por relações econômicas e políticas, percebendo como os atores aqui expostos, podem estar preparados para auxiliar no arranjos em prol de um desenvolvimento mais dinâmico e compartilhado.

A green look at the development of AMAPÁ: Reflections on Economic and political practices allied to the environment in Macapá.

ABSTRACT

The objective of this work was based on an analysis of the most prudent use of nature for the processes of economic growth, as a way of trying to bring the society and development processes for the environment, showing how that process was introduced by the Brazilian Government, which founded public policies focused on preservation and conservation in the Amazon, thus pointing out three important processes relevant to exemplify this institutionalization in Macapá city. The methodology used in this work was of exploratory character, where it sought greater familiarity with the object of study, using bibliographic survey techniques, documentary and case studies, with a qualitative approach. Where they have demonstrated the important role of society in the arrangements for economic development and growth, allied to politics and the environment.

Keywords: Environment; Socio-economic development; Macapá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCMS. Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – Diagnostico socioeconômico e propostas para o desenvolvimento. Coordenação Geral de Estudos Econômicos e Empresariais: **SUFRAMA**. Org. – 1 ed., v. 3 – Manaus: SUFRAMA, 2014.

ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza**. São Paulo: UNESP, 1995, p. 79-105.

ARAÚJO, José Julio Cesar do N., *et al.* A invenção do discurso Verde na Amazônia. Cascavél: **Ciências Sociais Aplicadas em Revista** v. 9, n.16, 2009.

ARAÚJO, José Júlio César do Nascimento; PAULA, Elder Andrade de. Novas formas de desenvolvimento do Amazonas: Uma leitura as ações do Programa Zona Franca Verde. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 5, n. 3 (2009).

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. v. 01. trad. João Ferreira. Brasília: Editora Unb (2004).

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. <<http://www.ibama.gov.br>> Acesso em 20 jul 2018.

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. <<http://www.mma.gov.br>> Acesso em 20 jul 2018.

_____. SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO. <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>> Acesso em 20 jul 2018.

BRASÍLIA. Decreto 23.793, 23 de Janeiro de 1934. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. **Código florestal brasileiro**. 1934.

BRITO, Daguinete Maria Chaves; DRUMMOND, José Augusto. O Planejamento e o Zoneamento participativos: Novos Instrumentos De Gestão Para As Unidades De Conservação Do Brasil (O Caso Da Área De Proteção Ambiental Do Rio Curiaú-Amapá). **Revista de Gestão Social e Ambiental** v. 1, n. 3, 2007, p. 112-131.

CAMPOS JUNIOR, Paulo Borges. **Ciências Imobiliárias** – Nível Técnico, Economia e Mercados. Brasília: Editora, 2003.

CANTUÁRIA, Eliane Ramos. **APA do Curiaú e a cidade: relações sociais, jurídicas e ambientais** / Eliane Ramos Cantuária; orientador Nicolau Eládio Bassalo Crispino. Macapá, 2011.

CHELALA, C.A. **A Magnitude do Estado na Socioeconomia Amapaense**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Amapá (UNIFAP/PPG/MDR, 2010). Orientador: Prof. Drº. Jadson Luis Rebelo Porto. Macapá. Editora: UNIFAP, 2008.

DOS SANTOS, Paula Gabriele; PORTO, Jadson Luís. Novos usos da Fronteira Amapá-Guiana Francesa: Expectativas de construção e ensaios de cooperação. **Revista GEONORTE**, ed. esp. 3, v. 7, 2013, p. 1152-1168.

DRUMOND, José Augusto. **O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento do Amapá**. São Paulo: Garamond, 2008.

EULER, Ana. Palestra sobre o funcionamento, avanços e perspectivas da cooperação Internacional da Embrapa e sua atuação internacional: os âmbitos técnico e científico, da Embrapa Amapá. Macapá, 2018.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas** n. 21, Brasília, jun 2000.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. 9 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

INÍCIO da industrialização na Zona Franca Verde vai gerar quase 400 empregos. **Diário do Amapá Online**. Disponível em: <<https://www.diariodoamapa.com.br/category/cadernos/politica>> Acesso em: 28 jul 2018

JUAREZ, Rodson. **A construção da política de meio ambiente em Macapá**. Macapá: CEAP, 2007. Disponível em: <<http://www.ceap.br/artigos/ART0112200910312.pdf>> acesso em 20 de Julho de 2018.

KAPP, Karl Willian. **The Social Costs of Business Enterprise**. Nottingham: Spokesman Books, 1978.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução de Luís Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 121-210.

LÉVESQUE, Benoît. Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável: Elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. **Política & Sociedade** v. 8, n. 14, 2009, p. 107-144.

MARTÍNEZ Alier, J. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização. In **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização**, 2009.

MOTA, José Aroudo. **O valor da Natureza: Economia e política dos Recursos Naturais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

NOGUEIRA, João Pontes. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates/** João Pontes Nogueira, Nizar Messari. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 57-186,

PASSOS, Priscilla Nogueira. A Conferência De Estocolmo Como Ponto De Partida Para A Proteção Internacional Do Meio Ambiente. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 6, n.6, 2009. Disponível em <<http://revistaeletronicardfd.unibrazil.com.br/index.php/rdfd/article/view/18>>, acessado em 24 de Julho.

PAÍSES do Brics vão cooperar nas áreas de meio ambiente e aviação. **Planalto Central**, Jul 2018. Disponível em <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/releases/2018/07/paises-do-brics-assinam-memorandos-de-entendimento-nas-areas-de-meio-ambiente-e-aviacao>>. Acesso em: 28 de Jul 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo, Editora Ática. 1993.

RAMOS, Inês; RAMOS, Luiz Carlos & SILVA, Luiz Guilherme. **Desenvolvimento Econômico Sustentável: um estudo sobre a implementação da Zona Franca Verde nas Cidades de Macapá e Santana-AP**, 2016.

SACHS, Ignacy. **Rumo à Ecosocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento/** Ignacy Sachs; Paulo Freire Vieira (org.). São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, David; RATTS, Alecsando. O Processo de Territorialização do Quilombo do Rosa, Macapá-AP. Londrina: **Geographia Opportuno Tempore** v. 3, n. 2, p. 152-164. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/Geographia/article/view/32012>> acesso em 10 de Julho.

THOMAS, Janet M. **Economia Ambiental: aplicações, políticas e teoria/** Janet M. Thomas, Scott J. Callin; (tradução Antonio Claudio Lot, Marta Reyes Gil Passos). São Paulo: Cengage Learning, 2010. p. 11-203.